

CONTESTAÇÃO | Sindicatos mostram-se contrários às PECs que propõem redução de 25% dos salários e jornada de trabalho

Servidor não quer redução dos salários

Para advogado especialista em Direito Público, propostas são inconstitucionais

GIULLIANA BARBOSA
giulliana.barbosa@folhadirigida.com.br

Dentre os pontos das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) apresentadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, ao Congresso Nacional, duas delas estão gerando repercussão entre servidores, sindicalistas e advogados: os que propõem a redução da jornada de trabalho dos servidores, bem como da remuneração deles, em igual proporção. Essas duas medidas constam nas PECs 186/2019 e 188/2019. Os textos ainda dependem de aprovação.

No item C da parte de Justificação da PEC/188, a proposta vem descrita da seguinte maneira: "Redução da jornada de trabalho em até um quarto, com redução proporcional da remuneração. Esta redução deverá ser feita conforme o interesse público, centrada em órgãos e funções que não comprometam a prestação de serviço público, mas que possam, temporariamente, contribuir para a redução do elevado gasto de pessoal". O texto, portanto, não especifica em quais órgãos e funções isso poderia ocorrer.

Já na PEC/186, também na parte de Justificação, o texto cita a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a solução apresentada para não se exonerar servidores é a redução temporária de até um quarto da jornada de trabalho do concursado, com correspondente redução remuneratória.

"Nestes termos, seria possível reenquadramento do ente no médio prazo a partir do controle futuro das contratações e concessão de reajustes. Já no curto prazo, seria realizada redução da carga horária, sem implicar a demissão de nenhum servidor público, com consequente manutenção da renda familiar". Ou seja, além de, inicialmente, propor a redução da jornada diária dos concursados, sugere, posteriormente, a diminuição da carga horária mensal deles, também com redução proporcional dos seus ganhos.

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) é uma das entidades que têm se manifestado contrária a essas propostas de ambas as PECs. O primeiro vice-presidente do Fonacate, na área Financeira, Paulo Lino, comentou sobre essas medidas. Lino também é presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

"Essas são mais algumas das medidas do governo que buscam resolver a questão fiscal do país apenas pela diminuição das despesas, esquecendo-se, mais uma vez, de tomar medidas que propiciem o aumento das receitas pelo crescimento e desenvolvimento econômico. São medidas que impactarão os servidores, o serviço público e a sociedade brasileira como um todo. O governo deixa de lado qualquer motivação técnica para focar apenas no economicismo", sinalizou.

Do ponto de vista financeiro, o sindicalista pontuou que, além do corte de até 25% do salário do servidor, o pior será o impacto social causado por isso. "Um corte de 25% na jornada dos trabalhadores será mais um ato de precarização do serviço público, atingindo diretamente a parte da sociedade mais vulnerável economicamente, que depende dos serviços que, constitucionalmente, o Estado deveria lhe proporcionar. Um hospital, uma escola, um posto de saúde com 25% a menos de força de trabalho é um prejuízo social irreparável", criticou.

Como essas duas medidas não foram bem detalhadas nas PECs, o porta-voz do Fonacate frisou que "existe a possibilidade de que venha a ser discricionária". A entidade enxerga que, nas condições em que os textos foram escritos, isso abre espaço para uma possível retaliação tanto a órgãos públicos quanto a servidores.

Para o presidente da Fonacate, Rudinei Marques, na conjuntura em que essas propostas estão sendo apresentadas, o risco de perseguição (política) é muito alto. "O governo fala em estabilidade só para alguns, como se ela fosse das pessoas e não dos cargos. Fala que servidor filiado a partido político não pode ter estabilidade. O corte salarial necessariamente não será para todos, mas qual será o critério es-

colhido para essa separação entre os atingidos ou não? Enfim, são tantas arbitrariedades que só se pode esperar o pior", reprovou.

A fim de tentar barrar essas duas propostas, o Fonacate já tem se mobilizado, conforme revelou Paulo Lino. "Neste momento, nosso maior trabalho é o de convencer os parlamentares a não sacramentarem mais uma barbárie contra o servidor público. Contamos com a ajuda fundamental da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Servidor Público. De outra parte, já movimentamos nossas assessorias jurídicas, pois acreditamos que essa medida fere o princípio da irredutibilidade salarial".

"OS DIREITOS INDIVIDUAIS NÃO PODEM SER SUPRIMIDOS POR PECs"

Já no campo jurídico, o advogado e especialista em Direito Público Gladstone Felippo também avaliou essas medidas. Segundo ele, as propostas de ajuste fiscal com redução de jornada de trabalho e remuneração dos servidores em até 25% devem ser analisadas sob o prisma dos direitos individuais. "A Constituição Federal diz que os direitos individuais constituem cláusulas pétreas, ou seja, não podem ser suprimidos nem por emenda à Constituição".

Para Gladstone, é preciso saber se o direito à irredutibilidade da remuneração do servidor é ou não um direito individual protegido pela petrificação. "Ao ingressar no serviço público, o servidor tem ciência de sua remuneração e planeja sua vida em função disso. Além disso, sabe-se que a remuneração é de caráter alimentar. Portanto, e seguindo a orientação do Supremo Tribunal Federal, entendo que o direito a não ter sua remuneração reduzida é um direito individual que não pode ser suprimido, nem mesmo sob a máscara de redução proporcional de carga horária", esclareceu.

Na análise do advogado, essas duas propostas são, portanto, inconstitucionais, "pois violam o artigo 60, parágrafo 4, inciso 4 da Constituição", cujo texto diz que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais".

por dentro do
SERVIÇO PÚBLICO



Reestruturação da carreira militar é superavitária, garante governo federal

O projeto que reestrutura a carreira militar (PL 1.645/2019) trará economia para as contas públicas e demonstra que a categoria está dando sua contribuição para os esforços de ajuste fiscal tanto a nível federal quanto nos estados. Essa foi a essência das falas do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e do secretário de Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, na audiência que debateu o projeto nesta quinta-feira (21) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

"Só nos estados brasileiros, a economia será superior a R\$ 53 bilhões nos próximos 10 anos. Isso graças ao espelhamento da carreira das Polícias Militares com as das Forças [Armadas], contando neste processo com a anuência, colaboração e participação ativa das lideranças das PMs. E no todo, o projeto é superavitário ao Tesouro Nacional, já a partir do primeiro ano de sua implementação", garantiu Marinho. Os ministros participaram do debate dias depois de o projeto ter sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e enviado ao Senado, o que aconteceu em 19 de novembro. "A reestruturação da carreira militar é



Representantes do governo e senadores debateram, na última quinta, dia 21, sobre o projeto que propõe a reestruturação da carreira militar

superavitária e auto-sustentável. Valoriza a meritocracia, além de reforçar a hierarquia e a disciplina. Valoriza também a carreira militar como carreira de Estado, contribuindo para a atração e retenção de talentos, que temos perdido nos últimos anos. O projeto é adequado às peculiaridades da carreira", detalhou Azevedo e Silva. O projeto é relatado na CRE pelo senador Aroldo de Oliveira (PSD-RJ). Ele disse estar em sintonia com o objetivo da proposta, anunciado por Azevedo e Silva, de reparar perdas salariais nos últimos 20 anos. O senador Major Olímpio (PSL-SP) tem participado das negociações desde que a proposta esta-

va na Câmara, e defende que o Senado a aprove ainda este ano. "Existem impactos que precisam estar previstos no Orçamento da União para 2020. Então, temos a obrigação de aprovar a reestruturação até o final deste ano. E, no mérito, o projeto equilibra um pouco a carreira militar com outras categorias. Mas é bom deixar claro que o equilíbrio ainda não se faz. Nas carreiras de auditores e na magistratura, a velocidade com que se chega ao salário maior da carreira é bem maior. O general Azevedo e Silva por exemplo levou mais de 40 anos em dedicação exclusiva para chegar ao generalat", afirmou Major Olímpio. (Agência Senado)

Fundação João Goulart ganha prêmio Ser Humano ABRH/RJ 2019



FUNDAÇÃO JOÃO GOULART

Projeto sobre Grupos Transversais de Trabalho (GTTs) ganhou o prêmio na categoria Organização do Setor Público

A Fundação João Goulart (FJG), órgão da Prefeitura do Rio, conquistou o 1º lugar do prêmio Ser Humano ABRH/RJ 2019, na categoria "Organização do Setor Público", com o caso Grupos Transversais de Trabalho (GTTs). O projeto foi considerado referência por sua atuação diferenciada e práticas inovadoras, alcançando benefícios significativos, tanto quantitativos quanto qualitativos para a Prefeitura do Rio de Janeiro.

"Para a Fundação João Goulart, ser agraciada com essa premiação, é saber que investir no servidor, no capital intelectual de uma organização, não pode deixar de ser prioridade. Isso transforma o contexto, traz inovação

e permite uma organização avançar", disse a presidente da FJG, Ana Cláudia Dafilon Lescaut.

Ana Lescaut explica que os GTT são comitês altamente qualificados, formados exclusivamente por Líderes Cariocas (programa para formação de gestores da Prefeitura do Rio), para o desenvolvimento de projetos estratégicos ligados às políticas e iniciativas públicas cariocas. Sua atuação diferenciada e práticas inovadoras apresentam benefícios significativos, tanto quantitativos quanto qualitativos, para a Prefeitura do Rio.

O prêmio é Ser Humano ABRH/RJ 2019, entregue no último dia 19, é um reconhecimento aos profissionais que

atuam na atividade de gestão com pessoas e às organizações do setor privado, do terceiro setor e do setor público. O prêmio Reconhece ainda professores universitários e estudantes de graduação e de pós-graduação de qualquer formação que produzam trabalhos de caráter técnico ou científico, referentes à gestão e desenvolvimento com pessoas, bem como suas respectivas instituições de ensino superior.

As categorias premiadas foram Case Organizacional (Micro e Pequena Empresa; Média ou Grande Empresa; Organização do Setor Público); e Organização do Terceiro Setor e Trabalho Acadêmico.

Proposta assegura autonomia administrativa e financeira ao INPI

O Projeto de Lei 4819/19 assegura autonomia administrativa e financeira do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), responsável pelo registro de marcas e patentes, entre outras atribuições. O texto altera a Lei 5648/70, que criou a autarquia, atualmente vinculada ao Ministério da Economia.

A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados. "Os dados evidenciam que o INPI é uma das autoridades de registro de patentes com maior dificuldade para analisar os novos pedidos, colocando o

Brasil no penúltimo lugar de todos os países analisados", disse o autor da proposta, deputado Gilddeneyr (PL-MA).

Para o parlamentar, o trabalho da autarquia deve ser agilizado. "Embora o INPI seja um órgão superavitário, nos últimos anos os seus recursos foram contingenciados de forma recorrente, impossibilitando que as receitas arrecadadas da sociedade fossem destinadas à prestação dos serviços."

O texto também reduz prazos processuais estabelecidos na Lei de Patentes (lei 9279/

96) que, segundo Pastor Gilddeneyr, são considerados excessivos. Entre outros, o prazo de sigilo do pedido de patente baixará de 18 para 12 meses; e o prazo para requerimento do pedido de patente cairá de 36 para 18 meses.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Agência Câmara)

BALCÃO RJ
ESTÁ DE VOLTA!
FOLHA DIRIGIDA E BALCÃO RJ
ANUNCIAM O RETORNO DO JORNAL BALCÃO RJ
FICOU FÁCIL ADQUIRIR SEU EXEMPLAR
POR UM PRECINHO QUE CABE NO SEU BOLSO
AGORA NAS
BANCAS
ANUNCIE GRÁTIS*
☎ 4106-6007 | 📞 98946-4311
V ANUNCIOU!
VENDEU!
ANUNCIE GRÁTIS TAMBÉM NO SITE
www.jornalbalcaorj.com.br /jornalbalcaorj
* ANÚNCIOS GRÁTIS DE BENS USADOS COM ATÉ SETE PALAVRAS